

Produção social do espaço imigrante (Brasil Meridional, século XIX):

Reflexões a partir da metodologia da micro-história

*Octavio Becker Neto*¹
*Maira Inês Vendrame*²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a maneira como método da micro-história italiana pode contribuir para pensar novos problemas de pesquisas acerca da temática da imigração europeia e da produção de territórios de imigrantes no Brasil meridional, na segunda metade do século XIX. Nas últimas décadas, a utilização de uma metodologia centrada em mapear as escolhas de indivíduos, as estratégias de famílias e grupos, sejam elas no campo econômico, político, religioso ou parental, propiciou lançar questionamentos acerca das visões idealizadoras e homogêneas existentes sobre os imigrantes e os locais em que viviam. A pesquisa em fontes de natureza diversas, somada à utilização da perspectiva microanalítica, desencadeou uma renovação nos estudos sobre as migrações transatlânticas do oitocentos e as sociedades fundadas pelos estrangeiros. O referido método propiciou o surgimento de uma infinidade de problematizações, como maneiras de pensar a relação entre o individual e o coletivo, a família e a comunidade, o local e global, e também a produção social do espaço. Utiliza-se da descrição de investigações micro-históricas sobre a inserção de imigrantes alemães e italianos, nos espaços urbano e rural do Rio Grande do Sul oitocentista, para demonstrar a potencialidade do referido método na espacialização da análise social.

Palavras-chave: Imigração; Espaço; Relações sociais; Micro-história; Século XIX.

Abstract: This article aims to reflect on how the method of Italian microhistory can contribute to thinking about new research problems on the theme of European immigration and the production of immigrant territories in southern Brazil, in the second half of the nineteenth century. In recent decades, the use of a methodology focused on mapping the choices of individuals, the strategies of families and groups, whether in the economic, political, religious, or parental fields, has led to questions about the idealizing and homogeneous views that exist about immigrants and the places where they lived. Research in different sources, added to the use of a microanalytical perspective, triggered a renewal in studies on transatlantic migrations from the 1800s and the societies founded by foreigners. This method provided the emergence of a multitude of problematizations, such as ways of thinking about the relationship between the individual and the collective, the family and the community, the local and global, and also the social production of space. It uses the description of microhistorical investigations about the insertion of German and Italian immigrants, in Rio Grande do Sul nineteenth-century urban and rural spaces, to demonstrate the method's potential on spatializing the social analysis.

Key words: Immigration; Space; Social relations; Microhistory; Nineteenth century.

Social production of the immigrant space (Southern Brazil, 19th century): reflections from the microhistory methodology

¹ Doutorando e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (PPGH/UNISINOS, São Leopoldo/RS). octaviobecker@yahoo.com.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. mvendrame@unisinobr

Introdução

O século XIX brasileiro foi marcado pela entrada de milhões de estrangeiros em seu território, fossem eles indivíduos que chegavam a partir de projetos públicos ou privados, ou até mesmo forçadamente deslocados em contextos diaspóricos. Políticas voltadas à inserção de imigrantes no Brasil foram implementadas do período imperial ao período republicano. Europeus e africanos preponderaram na demografia das gentes deslocadas durante o oitocentos, sendo tais movimentos, os migratórios e os diaspóricos, amplamente discutidos pela historiografia nacional.

No que tange a história da imigração europeia ao Brasil, não há, como é possível ver a partir da sua vasta produção, um único modo de pesquisá-la e escrevê-la. Os enfoques são diversos. Pesquisas em História Política, Econômica, Cultural e Social foram e são produzidas a partir da análise de contextos e processos e-i-migratórios. Nesse sentido, aportes teórico-metodológicos também diversos podem ser observados na longa trajetória desse campo historiográfico. Nossa proposta é contribuir com o estudo das migrações históricas ao Brasil por meio da proposição de um modo de interpretar teórica e metodologicamente a inserção social de imigrantes na sociedade. Entendemos ser necessário um maior aprofundamento nas discussões sobre os deslocamentos transatlânticos do oitocentos e sobre as dinâmicas e estratégias imigrantes transpostas à conformação social dos espaços nos locais de fixação. Isso tudo através de uma proposta metodológica atenta às conexões com os lugares de origem, com os contatos interpessoais e com os projetos individuais e familiares dos sujeitos envolvidos diretamente nas migrações.³

Nesse sentido, ressaltamos a importância de estudos que tenham como preocupação a observação de experiências imigrantes concretas, seguindo itinerários, analisando as escolhas, as dinâmicas relacionais e suas lógicas, o papel e o funcionamento dos vínculos, bem como a compreensão do sentido das ações e das práticas sociais nos lugares de estabelecimento. Procurar entender a inserção social dos imigrantes por meio de uma proposta que leve em consideração os processos de construção dos espaços, e que realize um mapeamento das diferentes relações que se estabelecem no território de uma vizinhança, comunidade ou bairro, é fundamental para os pesquisadores compreenderem na sua complexidade os contextos migratórios e a produção dos lugares. O presente artigo tem como proposta mostrar, de modo

³ Sobre o estudo de trajetória de imigrantes para pensar diferentes questões relacionadas às escolhas, condições e dinâmicas de deslocamento, bem como às estratégias de inserção social e aos modos de se organizar nos novos espaços, sem deixar de levar em conta as conexões entre os locais de origem e os de chegada, ver Vendrame (2016; 2020).

geral, a maneira como a perspectiva da micro-história italiana⁴ vem contribuindo nas últimas duas décadas para o desenvolvimento de pesquisas que tratam do tema da imigração transatlântica do oitocentos e das sociedades fundadas pelos imigrantes no sul do Brasil.

Especialmente, buscaremos discutir, como algumas sugestões apontadas por um dos principais expoentes do método da microanálise, o historiador italiano Edoardo Grendi, podem ajudar a pensar novas problemáticas no que diz respeito aos contextos migratórios. Uma análise localizada, centrada num local, evento e/ou grupo de indivíduos, permite um olhar aproximado, que leve em conta as complexidades, contradições, tensões e dinâmicas diversas nos processos de produção dos espaços. Para a compreensão disso, é necessário considerar as relações, obrigações e sentidos que ações e práticas adquirem num determinado lugar. Nesse sentido, temos como principal objetivo ressaltar a importância de que pesquisas sobre imigrantes, sejam elas a respeito de realidades urbanas ou rurais, de colônias públicas ou privadas, atentem para as diferentes escolhas, formas associativas e práticas sociais na organização do grupo sobre determinados espaços.

O presente texto é dividido em três momentos diferentes de discussão. Primeiramente, propomos uma retomada do contexto historiográfico de estruturação do método micro-histórico e da sua utilização por pesquisadores da história da imigração no Rio Grande do Sul. Em seguida, abordamos trabalhos que propuseram observar a inserção social de imigrantes em espaços urbanos e apresentamos uma vertente da micro-história italiana preocupada na integração da dimensão espacial à análise do social. Por fim, trazemos exemplos de pesquisas inspiradas nesta referida metodologia, que procuraram espacializar o exame do processo migratório e identificar modos como o espaço foi socialmente produzido pelos agentes.

Uma história social da imigração e dos contextos migratórios

A micro-história italiana é um método de pesquisa que tem como seus principais expoentes os historiadores italianos Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni. Tal perspectiva metodológica se desenvolveu na década de 1970, na Itália, como uma reação frente às análises estruturais e funcionalistas. O interesse em propor novos modos de pesquisa histórica, que rompesse com modelos explicativos amplos, foi um dos propósitos que possibilitou a fundação da revista *Quaderni Storici*. Nesse sentido, o periódico surgiu enquanto espaço para a publicação dos estudos que propunham uma renovação

⁴ A micro-história italiana não se constituiu como uma escola teórica, mas sim como um método de análise que foi utilizado em diversas pesquisas de historiadores italianos na segunda metade de século XX.

historiográfica, especialmente na maneira de pensar a sociedade como um todo.⁵ A interdisciplinaridade, sobretudo o diálogo com a etno-história, a economia e a antropologia, as reflexões sobre metodologias, conceitos e temas trazidos de outras ciências sociais, possibilitou o surgimento de novos estudos sobre família, comunidade, universo camponês, etc. Todos eles tinham como ponto partida da construção dos seus problemas de pesquisa a preferência por análises centradas em experiências específicas e situações localizadas. O local, o individual, os percursos e as estratégias de famílias e grupos num espaço circunscrito passaram a ser as escalas de estudo. Essa perspectiva de análise possibilitava apreender a complexidade dos contextos, a diversidade das relações, as incertezas, as tensões e as mudanças, ao mesmo tempo que permitia romper com a ideia de linearidade dos processos históricos.

Porém, antes de ser somente um debate historiográfico, o que os historiadores mais expressivos propunham, a exemplo de Giovanni Levi e Edoardo Grendi, era abrir uma discussão política. Mais que apenas lançar críticas à historiografia conservadora, buscaram mostrar os “trágicos impasses teóricos e práticos de uma esquerda que, baseando-se em uma visão rigidamente teológica da história, havia implicitamente adotado uma série de representações do real e das hierarquias de relevância de tipo economicista e fundamentalmente conservadora” (GRIBAUDI, 2016, p. 34).

Os debates dos anos 1970 e 1980 em torno da *Quaderni Storici* colocavam como problema das pesquisas o protagonismo social, com destaque para o individual, buscando apreender estratégias, interesses e a agência dos sujeitos na história. Em artigo publicado no mencionado período, intitulado *Microanalisi e storia sociale*,⁶ Edoardo Grendi (1977) realiza uma primeira discussão sobre o método microanalítico, que viria a ser denominado posteriormente como micro-história italiana. O referido autor chama atenção no texto para o documento excepcional como um registro que deve ganhar importância nas pesquisas, uma vez que o mesmo pode ser revelador de práticas recorrentes e racionalidades próprias de uma dada realidade social. É bastante relevante para a discussão que aqui propomos o destaque que Grendi confere à análise das relações interpessoais, aos vínculos e às formas agregativas que aproximam indivíduos, famílias e grupos, sem esquecer de relacioná-las com a dimensão geográfica do espaço, da comunidade e da vizinhança.

⁵ A partir dos anos 1980, a revista *Quaderni Storici* foi um espaço de intenso debate dos historiadores italianos fundadores do método da micro-história. Sobre as pesquisas dos principais expoentes, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi, ver Lima (2006).

⁶ Para a tradução brasileira, ver Grendi (2009).

No Brasil, a utilização do enfoque microanalítico nos estudos migratórios começou a ganhar importância a partir dos anos 2000. Ao menos no Rio Grande do Sul, a utilização do método da micro-história italiana e o debate com os estudos dos historiadores italianos de diferentes momentos, sobretudo com as considerações teóricas e metodológicas presentes no livro *Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*, de Giovanni Levi (2000), marcaram o início de uma renovação da historiografia sobre a imigração europeia no território sul-rio-grandense. Fala-se não somente do emprego de uma nova metodologia nas pesquisas, mas também do rompimento com as narrativas históricas apologéticas consolidadas desde meados do século XX e largamente reproduzidas até então.

No entanto, antes de mencionar como alguns dos estudos que abordam o tema da imigração europeia no oitocentos para o sul do Brasil, utilizando-se das contribuições conferidas pela micro-história italiana, destacamos trabalhos importantes, que marcaram o início de uma renovação dentro do campo das pesquisas ligadas aos processos migratórios e os imigrantes. A utilização de fontes de natureza diversas e de metodologias analíticas preocupadas com a proposição de uma história social atenta aos movimentos dos atores, à diversidade do grupo e às diferentes maneiras de organizar-se nos locais de instalação, possibilitou o surgimento de questionamentos sobre visões idealizadas e homogêneas dos espaços de colonização e dos estrangeiros alocados no meio urbano no Brasil meridional. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Marcos Justo Tramontini (2003), *A organização social dos imigrantes*, que traz uma primeira contribuição para repensar diferentes aspectos sobre a Colônia de São Leopoldo na sua fase inicial, entre os anos de 1824 e 1850, possibilitando um entendimento mais complexo sobre a sociedade local, suas diferenças internas e suas conexões externas.

O desenvolvimento de uma história social da imigração europeia no sul do Brasil nas últimas duas décadas vem sendo propiciada, como anteriormente mencionado, devido ao diálogo com a micro-história italiana, especialmente através das discussões como a obra de Giovanni Levi (2000). Nesse sentido, a ideia passou a ser aquela de adotar uma perspectiva de análise que possibilitasse um olhar aproximado ao objeto de estudo, que permitisse identificar as contradições internas e as complexidades, as redes e o seu funcionamento, os projetos individuais e familiares articulados, bem como os diferentes recursos utilizados para a complementação deles.⁷ Centrar a pesquisa em grupos e indivíduos, em seus percursos e suas

⁷ Enquanto exemplo de trabalho que irá se utilizar do método da micro-história para levantar diferentes questionamentos sobre as escolhas migratórias de famílias camponesas da Itália para o Brasil, identificando estratégias e práticas sociais que marcaram a constituição simbólica e relacional das comunidades em espaços de

escolhas possibilitou perceber o protagonismo e a agência dos imigrantes nos processos de deslocamento e de estabelecimento, bem como na organização das novas vidas nos locais de colonização.

A diversidade de fontes, somada a preocupação de atentar para as lógicas que orientavam os comportamentos dos atores sociais, as suas percepções e as suas estratégias nos campos político, econômico e cultural, é algo que ganhou destaque no livro *Em busca de um lugar ao sol*, de Marcos Antônio Witt (2015). Escolhendo analisar a Colônia Alemã de Três Forquilhas e suas relações com outras colônias, o autor reconstrói as teias dinâmicas das relações socioeconômicas e políticas da elite local, identificando o papel dos vínculos de parentesco, das alianças, das afinidades e do compadrio entre algumas famílias alemãs. A preocupação em compreender a relação entre os diferentes aspectos, fossem eles sociais, econômicos, políticos e religiosos, é uma característica do trabalho, que buscou inspiração nas orientações metodológicas e teóricas da micro-história italiana. Dentre os estudos mais recentes preocupados em analisar as experiências dos imigrantes alemães e italianos no Brasil meridional, os conflitos, as estratégias familiares, a organização social e política, a sua inserção em instituições públicas e as dinâmicas relacionais intra e extragrupo, em espaços rurais e urbanos, citamos Caroline von Mühlen (2010), Miquéias Mugge (2012), Fabrício Nicoloso (2013), Maíra Ines Vendrame (2007:2016), Jéssica Arend (2020), Octávio Becker Neto (2020) e Júlia Gregory (2021).

Como um exemplo de estudo que ressalta a importância de pensar as conexões transatlânticas e a relação entre diferentes escalas, a local e a global, o livro *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos, Itália – Brasil*, de Maíra Ines Vendrame (2016), publicado recentemente em inglês sob o título *Power in the Village*, tomou como fio condutor da pesquisa a análise da trajetória de indivíduos e grupos desde a aldeia de origem até os locais de instalação no sul do Brasil. Através de uma perspectiva centrada no estudo de trajetórias, foi possível compreender os diferentes aspectos que motivaram os deslocamentos, os projetos e, especialmente, a agência de homens e mulheres na preparação das transferências, durante a viagem e no processo de inserção e organização das novas comunidades nas regiões de colonização europeia. A pesquisa em fontes diversas, como cartas, inquéritos, processos-crime, registros paroquiais, cartoriais e jornais, localizados em arquivos italianos e brasileiros, possibilitou a realização de

colonização europeia, citamos o livro *O poder na aldeia*, de Maíra Ines Vendrame (2016, 2020). Para aprofundamento em relação à maneira como o método da micro-história italiana influenciou os estudos no campo das migrações transatlânticas do oitocentos, ver Vendrame (2021).

análises de viés micro-histórico para entender os contextos locais de origem e de destino dos imigrantes.

O papel de redes e cadeias migratórias em diferentes contextos, desde aquelas fundadas nos lugares de saída, antes mesmo dos deslocamentos, até aquelas que uniam pessoas e famílias que se encontravam nos dois lados do Atlântico, bem como a importância dos vínculos sociais na constituição de novas vizinhanças e comunidades no Brasil meridional, é algo que ainda merece ser aprofundado no que se refere a história social da imigração no Brasil. No livro *O poder na aldeia*, é possível perceber que a força e o funcionamento das frentes de proteção e punição, quando da ocorrência de disputas, crimes e outros eventos que rompiam determinada normalidade numa área de colonização europeia, devem ser, portanto, analisados sem deixar de levar em consideração a maneira como em tais espaços os imigrantes foram se estabelecendo e estruturando os novos povoados. A instituição de diferentes esferas agregativas, elementos simbólicos, atividades religiosas e práticas sociais foi constituindo lugares, marcados por lógicas próprias de gestão e por estruturas de poder que forçavam o domínio de um grupo e dos seus modos de viver sobre o espaço (VENDRAME, 2016).

Para entender o processo de territorialização, é importante considerar a maneira como foi ocorrendo a ocupação dos núcleos destinados à colonização europeia no sul do Brasil, bem como o modo como os diferentes grupos e famílias se organizaram e se relacionaram na dimensão espacial, onde se produzem territórios. Sobre essa questão, que é um ponto importante da discussão do presente artigo, voltaremos na sequência. Antes disso, entendemos ser necessário refletir mais sobre a maneira como método da micro-história, muito antes do Brasil, influenciou o desenvolvimento das pesquisas relacionadas ao tema das imigrações europeias e dos imigrantes na sociedade de recepção na Argentina.

Nas décadas de 1980 e 1990, a utilização do conceito de cadeias migratórias por historiadores argentinos, italianos e norte-americanos começou a suplantar os modelos explicativos do *push-pull* (atração e expulsão), colocando os emigrantes no centro da análise sobre os deslocamentos transatlânticos para o norte e para o sul da América.⁸ O protagonismo dos sujeitos que tomavam o caminho da imigração para a Argentina, que estabeleciam estratégias de inserção social nos diferentes contextos e possibilitavam a constituição de pontes de comunicação e circulação de pessoas entre os locais de origem e chegada, foi,

⁸ Nos anos 60 do século XX, John S. MacDonald e Leatrice MacDonald (1964) foram os primeiros a trabalhar com o conceito de cadeias migratórias para pensar as mobilidades da Europa para a Austrália e o Estados Unidos, sendo, portanto, na sequência utilizado por pesquisadores argentinos e italianos que adotavam análises microanalíticas em seus estudos sobre a imigração europeia para o sul da América.

inicialmente, estudado por Fernando Devoto (1988), Samuel Baily (1988), Franco Ramella (1995) e Fabio Ciafardo (1991). A localização de correspondências trocadas entre os imigrantes e os familiares que haviam permanecido nos locais de origem foi um dos fatores que propiciou o desenvolvimento de pesquisas acerca das estratégias migratórias, do papel das conexões, dos contatos e da maneira como em ambos os lados do Atlântico as transferências eram articuladas (VENDRAME, 2021).⁹

Os enfoques microanalíticos, que buscam centrar os estudos em locais e grupos específicos de imigrantes, sejam eles urbanos ou rurais, têm sido utilizados na historiografia da imigração para à América do Sul, especialmente para à Argentina desde, ao menos, a década de 1990. Nesse sentido, a perspectiva microanalítica deu sequência ao caminho aberto pelos estudos de cadeias migratórias, de modo a aprofundar-se sobre a análise de grupos e indivíduos, circunscrevendo o contexto em observação (MÍGUEZ, 1995). Desse modo, a utilização do método micro-histórico entre os historiadores argentinos da imigração marcou uma virada na História Social por eles produzida. Buscou-se a complexificação das análises para dar conta de questionamentos que abordagens tradicionais, como a sociodemográfica, tinham dificuldade em responder.

Por uma proposta micro-especializada

Atentando-se à historiografia da imigração produzida no Rio Grande do Sul, sobretudo aos trabalhos elaborados a partir dos anos 2000, como os mencionados acima, preocupados em produzir uma história social dos locais onde os imigrantes europeus se estabeleceram, ou ainda, influenciados pela metodologia da micro-história, podemos fazer alguns apontamentos: 1) poucos estudos estão preocupados em pensar a dimensão espacial ou a espacialidade do processo migratório, especialmente a relação entre as dimensões espacial e social; 2) o espaço é majoritariamente utilizado como cenário ou recorte contextual (por exemplo, o *espaço colonial*, o *espaço urbano*); 3) estudos sobre imigração alemã e italiana formam a vasta maioria dos trabalhos; 4) as pesquisas que analisam as regiões de colonização, ou seja, os contextos rurais de inserção dos imigrantes se sobressaem em relação àqueles que circunscrevem a investigação às realidades urbanas.

Restringindo-se ao quarto ponto, aos trabalhos elaborados a respeito da inserção de imigrantes europeus em espaços urbanos no Rio Grande do Sul do século XIX, é correto afirmar que essa é uma historiografia pequena se comparada ao conjunto historiográfico

⁹ Sobre redes migratórias e a utilização das correspondências para entendimentos das mobilidades transatlânticas de italianos, ver Truzzi (2008), Croci (2008) e Vendrame (2017).

dedicado ao estudo das imigrações e das colonizações rurais. A diferença é ainda maior quando observada a historiografia da imigração alemã ao Rio Grande do Sul.¹⁰ É evidente que tal característica da produção acadêmica regional se deve muito ao fato de que o próprio projeto imigrantista que trouxe um contingente alemão ao país no século XIX estava, primeiro, preocupado com a colonização de espaços agrários. Isto pode ser observado, ao longo do século, nas colônias públicas instaladas não apenas no Sul, como também no Nordeste e no Sudeste do Brasil.

Pode-se dizer que, sobre a imigração alemã em espaços urbanos no século XIX, o trabalho de Magda Gans (2004), intitulado *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*, é uma tese de referência no assunto, e se situa no referido contexto de renovação da historiografia da imigração do início do século XXI. O livro é, sem dúvida, um destaque historiográfico regional por ser a primeira, e uma das únicas, a propor a apreensão do espaço em relação à dimensão social.¹¹ A referida autora realiza um inventário dos endereços de residência e trabalho dos imigrantes alemães, mapeando-os pelos bairros da cidade oitocentista.

Pela escassez e fragilidade das fontes demográficas e censitárias do Brasil e do Rio Grande do Sul para o período imperial, Gans recorre ao método onomástico para a reconstituição do social, utilizando os nomes não apenas como fator de distinção na leitura documental, mas como fios condutores aos indivíduos inseridos no espaço urbano porto-alegrense. Apesar de se utilizar da produção e da análise de séries, tentando refletir sobre o peso da demografia imigrante em determinadas áreas da capital, Gans faz uma aproximação com a escala micro ao mapear experiências sociais e urbanas individualizadas, o que não acontece com a historiografia da imigração prévia, consolidada na segunda metade do século XX.

Eduardo Míguez (1995), ao discutir sobre as pesquisas de enfoque demográfico sobre a imigração europeia à Argentina, predominantes até a década de 1980, apontava que uma alternativa aos resultados estatísticos seria o uso da abordagem micro-histórica e a

¹⁰ Quanto ao segundo grupo imigrante mais abordado pela historiografia sul-rio-grandense da imigração, os italianos, há um conjunto significativo de trabalhos que abordam a sua presença no espaço urbano. Destacam-se as pesquisas preconizadas por Núncia Constantino (2008) para a cidade de Porto Alegre. Para o estado de São Paulo, principal receptor de imigrantes italianos deslocados ao Brasil no grande século XIX, há uma produção mais extensa acerca da inserção italiana nas cidades. Destacamos as pesquisas de Antonio de Ruggiero (2020) com relação à presença de uma imigração italiana qualificada para os principais centros urbanos brasileiros.

¹¹ O trabalho de Magda Gans é dividido em duas partes com abordagens distintas. A primeira diz respeito a uma análise socioespacial dos imigrantes em Porto Alegre. A segunda se configura como um exame do discurso étnico produzido por uma intelectualidade alemã da capital do Rio Grande do Sul. O presente artigo estabelece diálogo com a primeira parte da obra de Gans.

reconsideração das fontes utilizadas pelos historiadores. No seu entendimento, devia-se buscar a utilização de documentos que propiciassem maior riqueza de informação sobre o universo social e relacional de um segmento da população imigrante, a fim de complexificar a dimensão social e dar conta de perguntas que antes não eram possíveis de serem respondidas. Porém, este não foi o caso do trabalho de Gans, que, apesar de não abandonar o olhar aos indivíduos e prezar pelo uso da escala micro, pouco explorou o universo relacional dos alemães de Porto Alegre por ela alcançados. É importante não desconsiderar a associação estabelecida pela autora entre o espaço e a dimensão social da imigração.

Sabemos, contudo, que uma análise que se valha da metodologia da micro-história italiana deve considerar o peso do universo relacional estabelecido e reproduzido pelos grupos e indivíduos em observação. Esta questão foi devidamente reclamada por Edoardo Grendi no seu já mencionado texto de 1977, destacando a importância das relações interpessoais para a complexificação dos estudos de História Social. Afinal, para ele, “*a história social é a história das relações entre pessoas e grupos*” (GRENDI, 2009, p. 36, grifo nosso). Se “a estrutura social tem necessariamente uma relevância espacial definida” (GRENDI, 2009, 28), como podemos alcançá-la? Como aliar tal perspectiva relacional à dimensão do espaço?

Eduardo Grendi apontou em seus textos uma proposta que objetivou dar conta dessas questões. Fortemente influenciado pela corrente historiográfica da História Local Inglesa, o historiador italiano trouxe à microanálise social a *abordagem topográfica* (GIULI, 2017; TORRE, 2018; 2020), uma proposta que consiste na apreensão material do espaço na contextualização dos lugares, tornando a análise social indissociável da dimensão espacial. “Trata-se de uma progressiva reavaliação da dimensão espacial presente na trama das ações” (TORRE, 2020, p. 71). Poderia se dizer, sinteticamente, que a perspectiva topográfica de Grendi se trata de uma análise histórica social e espacializada, inclusive na leitura das fontes, a partir de uma perspectiva de pesquisa localizada, no qual o plano dado em escala micro é estudado de maneira profunda e densa, com pretensão totalizante e ampla do local.

A abordagem topográfica grendiana não teve forte repercussão nas pesquisas de outros expoentes da micro-história italiana, como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, uma vez que a espacialização da análise não foi uma preocupação das suas principais pesquisas¹² (DE VITO, 2020). Podemos dizer, hoje, que a proposta de Edoardo Grendi foi continuada por outros importantes nomes da micro-história italiana, pertencentes à segunda e à terceira geração de

¹² Não devemos esquecer que as publicações originais das monografias micro-históricas de Ginzburg e Levi, *O queijo e os vermes* e *Herança imaterial*, são respectivamente datadas de 1976 e 1985. A primeira antecede o ensaio de Grendi em um ano, enquanto a segunda somente é lançada oito anos depois. No Brasil, as obras são primeiramente datadas de 1987 e 2000.

pesquisadores ligados ao referido método, como os historiadores Angelo Torre (2018; 2020) e Christian De Vito (2020). Esses propuseram novas reflexões acerca da dimensão local – esta, sim, a espacialidade da qual se ocupa a micro-história. Torre reflete sobre a reconstrução dos lugares a partir da perspectiva metodológica micro, não os tomando de antemão como contextos preestabelecidos. Nesse sentido, o social e o espacial são tratados como dimensões pertencentes a um mesmo contexto, que devem ser reconstituídos imprescindivelmente por meio do trabalho com as fontes.

Ambos os historiadores, Torre e De Vito, atualizaram a discussão espacial preconizada por Grendi na micro-história italiana trazendo ao debate, inclusive, elementos contemporâneos do campo historiográfico, como a preocupação com o caráter global e conectado de processos históricos (TORRE, 2018; DE VITO, 2020). Os historiadores, nesse sentido, reafirmam a importância da esfera local, especialmente da importância da perspectiva micro na sua relação com outras escalas frente às discussões trazidas nas últimas décadas, como pelo aumento dos estudos ligados à História Global.

A produção social do espaço: experiências de análise

Em artigo recentemente publicado, pôde-se abordar aspectos da inserção social e da territorialização de imigrantes alemães no município de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul, no século XIX (BECKER NETO, 2021). Buscando um diálogo entre o campo da História Ambiental e o método micro-histórico, o texto apresentou possibilidades de interação de diferentes perspectivas historiográficas para pensar-se o espaço. Nesse sentido, uma leitura espacializada da imigração alemã àquele município foi esboçada, sem desconsiderar a dimensão social do seu processo de inserção no espaço receptor.

Partindo da discussão previamente estabelecida pelo referido artigo e pelo presente texto, busca-se, aqui, avançar na discussão, propriamente identificando no contexto apresentado, de imigração alemã a Santa Maria, os modos efetivos da produção social do espaço por meio de uma análise micro-histórica. Isso requer, evidentemente, ir além da discussão teórico-metodológica, estabelecendo um determinado grau de empiria por meio da análise de fontes documentais de natureza variada.

Iniciamos, porém, delineando o contexto. A localidade de Santa Maria configurou-se uma importante paragem aos transeuntes da Província do Rio Grande do Sul, visto que sua localização geográfica – assentada na região central –, transformava-a em um importante entroncamento para diversas rotas entre a capital e áreas mais fronteiriças. O deslocamento de

tropas militares, no contexto platino de início do oitocentos, propiciou a passagem de batalhões por Santa Maria, incluindo batalhões estrangeiros contratados pelo Império. Desmantelados ao fim dos conflitos, muitos dos soldados estrangeiros, em sua maioria germânicos, rumavam à colônia alemã de São Leopoldo, localizada diretamente ao norte de Porto Alegre. Lá, esses soldados contraíam matrimônio e se deslocaram para outros lugares, como Santa Maria. Nesta localidade, acionavam suas redes de contatos e propiciaram que outras famílias de áreas coloniais do Rio Grande do Sul se juntassem aos já instalados na crescente povoação.

Dessa forma, entre as décadas de 1830 e 1850, houve um fluxo descontínuo de chegada de imigrantes alemães a Santa Maria, ainda antes da sua emancipação político-administrativa. À época da instalação da Câmara Municipal, em 1858, o município já contava com um expressivo contingente de imigrantes instalados no seu espaço urbano, tendo algumas famílias já alcançado certo prestígio social, visto que elegeram dois descendentes à vereança municipal.

As práticas de requisição e concessão de terrenos urbanos em Santa Maria foram uma constante na segunda metade do século XIX. Os aforamentos perpétuos de terra, especialmente urbana, permaneceram uma realidade, a despeito da tentativa imperial de *modernizar* a propriedade fundiária por meio da Lei de Terras de 1850, estando previstos pelo decreto de 1854.¹³ Assim, o loteamento do pequeno espaço urbano santa-mariense de meados do oitocentos passou a ser algo requisitado e disputado por centenas – quiçá milhares –, de indivíduos, que encaminharam, desde o primeiro ano de funcionamento camarário, requerimentos de terrenos urbanos à Câmara Municipal e à Província do Rio Grande do Sul.¹⁴ Os alemães configuraram-se um grupo atuante nesse contexto, estando presentes desde as primeiras solicitações de terrenos registrados na documentação municipal (BECKER NETO, 2020).

Em 1868, a fundação da Comunidade Evangélica Alemã de Santa Maria e da Associação Alemã de Assistência de Santa Maria demonstra o grau de articulação desse grupo de imigrantes e descendentes. Engana-se quem, em uma interpretação superficial, entende a questão como uma tentativa de os alemães isolarem-se em relações intragrupo, reproduzindo

¹³ Uma discussão mais aprofundada a respeito da propriedade fundiária urbana em Santa Maria, na segunda metade do século XIX, pode ser conferida em Becker Neto (2020).

¹⁴ A falha documental existente nas atas camarárias de Santa Maria, isto é, a inexistência de registro para alguns anos de atividade, não permite uma contagem exata do número de requerimentos de terrenos encaminhados pela população. Carece uma sistematização estatística dos pedidos e das concessões de lotes urbanos realizados em Santa Maria. Uma pequena amostragem, de 1858 a 1874, por ser conferida em Becker Neto (2020).

apenas tradições advindas do seu local de origem. No município, mantinham relações com a população luso-brasileira nos mais diversos âmbitos da sociedade: político, econômico, cultural e religioso. Dessa forma, não é estranho encontrar em relatos memorialísticos a indicação de algum alemão evangélico ao papel de festeiro do Divino ou, ainda, membro da comissão para a construção da Capela do Divino. Além de membros fundadores e diretores das mencionadas agremiações étnicas, os mesmos alemães aparecem também participando da maçonaria local (BECKER NETO, 2020). Pesquisas recentes, inclusive, demonstraram que a integração dos alemães de Santa Maria à ordem luso-brasileira oitocentista perpassou ainda pela escravização de homens e mulheres negras (OLIVEIRA, 2017).

Podemos dizer, de modo geral, que o contingente alemão no referido município não buscou o isolacionismo, pelo contrário, procuraram se integrar à sociedade sem deixar de lado a manutenção da etnicidade. As fronteiras étnicas, afinal, não são rígidas, e permitem a sua flexibilização de acordo com as necessidades dos grupos. Trata-se de fronteiras socialmente construídas e conscientemente flexibilizadas (BARTH, 2000). É, portanto, correto afirmar que dentro do contexto santa-mariense, os alemães buscaram plena participação social, sem recorrer à equivocada ideia de assimilação, que proporia a sua total descaracterização étnica.¹⁵

Nesse sentido, a manutenção da etnicidade, aqui também entendida como germanidade, pode ser entendida e visualizada a partir de diferentes ações e práticas desenvolvidas pelos imigrantes e sua descendência. Tem-se, dessa forma, a manutenção de práticas religiosas próprias por meio da instituição da Comunidade Evangélica e da edificação, em 1873, de um templo para a celebração dos seus ritos; da solidariedade étnica (ajuda-mútua) por meio do associativismo; do estabelecimento de escolas alemãs;¹⁶ bem como da importante formação de uma ampla rede de relações sociais por meio de vínculos de apadrinhamento, compadrio e matrimônio intragrupo¹⁷ (BECKER NETO, 2020). Perguntamo-nos, agora, de que forma essa conjuntura é articulada e interpretada em associação à dimensão espacial?

¹⁵ O contingente alemão imigrado a Santa Maria não compunha uma população socialmente homogênea. O grau de comprometimento com as relações intragrupo/interétnicas varia de acordo com os indivíduos e/ou famílias observadas. Enquanto alguns buscaram amparar-se por meio de relações mais estreitas com luso-brasileiros, como pareceu ter ocorrido com o bávaro João Appel, outros, de acordo com os documentos observados, prezaram por estabelecer e manter vínculos com outros alemães, como Pedro Cassel.

¹⁶ Estes estabelecimentos não eram exclusivos aos filhos de alemães. Matrículas de jovens com sobrenomes de origem luso-brasileira podem ser observadas na documentação.

¹⁷ A reconstituição dos vínculos e da parentela alemã em Santa Maria aconteceu por meio do manuseio de fontes diversas. Nesse sentido, foram importantes os inventários *post-mortem*, os testamentos, os registros matrimoniais da Comunidade Evangélica, a documentação camarária, os textos memorialísticos locais e a consulta a obras genealógicas e historiográficas (BECKER NETO, 2020).

Quando analisados os requerimentos de lotes urbanos encaminhados pelos imigrantes alemães e suas famílias à Câmara Municipal e à Província do Rio Grande do Sul, um elemento facilmente se destaca – a localização dos terrenos almejados. Pôde-se observar que, entre o final da década de 1850 e o início da década de 1870, houve um deslocamento, no plano municipal, do espaço desejado pelos requerentes. Inicialmente, sobressaíam os pedidos cuja terra estava localizada mais próxima ao eixo fundacional do espaço urbano de Santa Maria, na sua zona leste. Com o passar dos anos, deslocaram-se os terrenos requeridos em direção oeste, onde abriam-se novas vias. Nesse sentido, a área que compunha o entorno da Praça da Constituição passou a ser um espaço visado entre a população requerente de terrenos, destacando-se, naquele momento, os alemães (BECKER NETO, 2020).

Partindo da observação e do rastreio dos nomes dos membros fundadores da Comunidade Evangélica e da Associação de Assistência, pôde-se recompor parte da rede de relações – que estava profundamente conectada nos registros de requerimentos de lotes urbanos. Isto é, os pedidos de terrenos encontravam-se agrupados nas atas camarárias, indicando um certo grau de articulação dos agentes observados. Falamos de diversos núcleos familiares interligados por algum vínculo de sustentação da germanidade, especialmente as alianças parentais. Diz-se, nesse sentido, de pais, mães, filhos e filhas, tios, sobrinhos, avós, compadres de batismo, compadres de casamento, padrinhos e afilhados. Suas pretensões, sem adentrar no campo de possibilidades relacionado ao enriquecimento e à hereditariedade patrimonial, consistiam em solicitar lotes próximos uns dos outros, sendo a adjacência entre eles uma característica comum (BECKER NETO, 2020).

A faixa oeste do espaço urbano de Santa Maria, então, tornou-se uma área bastante almejada a partir do final da década de 1860. Os requerimentos encaminhados pelos alemães, concentraram-se no entorno da Praça da Constituição, local onde ergueram o templo evangélico no início dos anos 1870 (BECKER NETO, 2020). A proximidade e a adjacência entre os lotes urbanos requeridos pelos alemães nessa zona podem ser entendidas como a tentativa de estabelecimento de uma vizinhança alemã.

Seja nas áreas urbanas ou rurais, como nas regiões de colonização europeia, entendemos ser fundamental analisar como as relações sociais propiciam a produção de localidades. A instalação dos imigrantes nos lotes de terras, a constituição de pequenas comunidades, a construção de capelas e a realização das atividades sociorreligiosas, bem como das atividades de cultivo e a maneira como passaram a utilizar os recursos naturais, são aspectos que vão fazendo com que o espaço físico passe a ser caracterizado por maneiras de

viver, pensar e agir. Elementos sociais, culturais e materiais, que marcaram a vida da população nas áreas de colonização, possibilitam refletir sobre as práticas diversas e os elementos simbólicos responsáveis pela constituição dos territórios de imigrantes.¹⁸ Diferentemente do espaço, o território não deve ser pensado como algo dado,¹⁹ pelo contrário, ele é construído e se encontra em constante modificação. Ele é também permeado por conflitos e práticas que reforçam estruturas de poder e garantem a defesa de prerrogativas por parte de indivíduos, famílias e agregados parentais.

A defesa dos “lugares de direitos” e dos “territórios parentais” é algo analisado em estudos que utilizam fontes criminais envolvendo imigrantes europeus e brasileiros em áreas de colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul. Os conflitos e perseguições surgidos no espaço da vizinhança ou centro das comunidades, bem como a aplicação de vinganças, aparecem como situações que possibilitam perceber a atuação de frentes de punição, proteção e controle de comportamentos em áreas de ocupação imigrante. Casos específicos de violência, que tinham como alvo especialmente indivíduos negros, indicam o quanto o uso de determinadas práticas de justiça local encontrava sua força e legitimidade nas tramas relacionais e nas estruturas de poder operadas localmente. Dessa maneira, procurar rapidamente agir no sentido de ter o controle sobre eventos que traziam instabilidades, insegurança e prejuízo às famílias e à comunidade, aparece como uma iniciativa que se funda em lógicas de justiça partilhadas localmente, sendo também responsáveis por garantir domínio e direitos para os estrangeiros nos territórios de colonização.²⁰

As formas de ocupação do espaço, bem como as diversas indicações sociais, culturais e de poder que se estabelecem – e operam e se articulam na constituição dos territórios –, devem ser levadas em conta ao se buscar entender os significados dos comportamentos, como aquele dos conflitos, vinganças e usos dos recursos oficiais ou não de domínio. Defendendo a ideia de que as ações são produtoras de localidade, Angelo Torre (2011) chama atenção para a necessidade de se analisar os documentos de maneira topográfica. Isso significa que cada ação deve ser interpretada na sua relação com a dimensão concreta do espaço. Nesse sentido, entender a construção social das fontes é ressaltada como fundamental, uma vez que ela indica para práticas de legitimação, reconhecimento e reforço das referências socioterritoriais.

¹⁸ Para aprofundamento da referida discussão através da análise de situações concretas, ver Vendrame (2016; 2020).

¹⁹ Claude Raffestin (1993) propõe o entendimento de *espaço* enquanto condição de existência das coisas, isto é, condicionante da materialidade. O *território*, por sua vez, passa a ser um espaço socialmente apropriado e significado, quer seja por indivíduos, grupos ou entidades jurídicas.

²⁰ Muitos dos locais destinados à colonização europeia no Rio Grande do Sul se encontravam em partes ocupadas pela população luso-brasileiras e por negros egressos da escravidão.

Mais que compreender a maneira como determinados documentos foram construídos, se torna essencial apreender o caráter reivindicativo e o sentido das ações.

Considerações finais

A historiografia da imigração no Brasil constituiu-se um campo de pesquisa diverso. No Rio Grande do Sul, a estruturação de uma história social dos processos migratórios foi marcada por uma renovação da perspectiva metodológica, a partir dos anos 2000, de modo que as pesquisas encontraram na micro-história italiana suporte à complexificação das análises sobre indivíduos e grupos imigrantes. Uma abordagem relacional permitiu a reconstituição de vínculos e redes de relações interpessoais que passaram a ser interpretados como condicionantes de ações e práticas anteriormente desconsideradas. Contudo, nesse processo de renovação do campo dos estudos migratórios, alguns aspectos não ganharam atenção, como foi o caso da dimensão espacial.

É certo que análises sobre processos migratórios devem atentar-se à contextualização dos espaços de saída e de chegada de imigrantes. A proposta micro-histórica de Edoardo Grendi, de valer-se do espaço físico na contextualização das análises, é, no campo da história social da imigração, inovadora. Dessa forma, considerar, nos métodos de reconstituição dos contextos, o espaço de maneira idêntica à qual se considera a dimensão dos agentes sociais é um caminho para se alcançar a produção do espaço de inserção não de maneira preestabelecida e finalizada, mas, sim, dinâmica, reivindicando o protagonismo dos próprios imigrantes na sua construção.

Levar em conta a dimensão espacial na leitura das fontes, buscando, especialmente, compreender o sentido que os indivíduos procuravam conferir a determinadas ações e as prerrogativas a eles garantidas num determinado lugar, seja ele urbano ou rural, é fundamental. Interações, atividades associativas, vínculos e práticas sociais diversas são movimentos que constituem o espaço da vizinhança, da paróquia e da comunidade. Os contatos interpessoais e as estruturas de poder que se formam localmente são responsáveis pela constituição dos territórios. Por fim, ressaltamos que os estudos que abordam áreas de colonização europeia devem considerar o espaço, na sua dimensão concreta, como um dos problemas da pesquisa, uma vez que ele é um contexto produzido através das relações sociais.

Referências

- AREND, Jéssica Fernanda. **Terra e Honra**: conflitos entre os camponeses numa região de colonização alemã no sul do Brasil (Vila de São João de Santa Cruz, RS, 1878-1905). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.
- BAILY, Samuel. Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios. **Studios Migratórios**, v. 3, n. 8, p. 125-135, 1988.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BECKER NETO, Octávio. **Requerimentos e concessões fundiárias**: experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.
- _____. Espacialidade, ambiente e imigração: a territorialização de alemães em Santa Maria/RS (século XIX). **Espacialidades**, Natal, v. 17, n. 2, p. 129-149, 2 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/25691>. Acesso em: 12 set. 2021.
- CIAFARDO, Eduardo. Cadenas migratorias e inmigración italiana. Reflexiones a partir de correspondencia dos inmigrantes italianos en Argentina, 1921-1938. **Studi Emigrazione**, v. XXVIII, n. 102, p. 233-255, 1991.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. **O italiano da esquina**: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008.
- CROCI, Federico. O Chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus: Revista De História**, v. 14, n. 2, p. 13-39, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30991>. Acesso em: 27 set. 2021.
- DE RUGGIERO, Antonio. **“Settù voi venire ora è il tempo”**. L’emigrazione toscana in Brasile (1875-1914). Pisa: Pacini Editore, 2020.
- DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020.
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.
- DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. **Studi Emigrazione**, v. XXIV, n. 87, p. 355-373, 1988.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In. GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 76, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FB3fhwkm4V6G48Mr938jLTb/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2021.

GREGORY, Júlia Leite. **Uma história social da colonização privada**: empresários, imigrantes e o negócio da terra (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. **Quaderni Storici**, v. 12, p. 506-520, 1977.

_____. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-história: da política à estética?. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires; Tandil: Instituto de Estudios Históricos Sociales; Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MÜHLEN, Caroline von. **Da exclusão à inclusão social**: trajetórias de ex-prisioneiros de Macklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria – RS**: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830/1891. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MACDONALD, J. S; MACDONALD, L. D. Chain migration, ethnic neighborhood and social networks. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, v. XLII, n. 1, p. 82-96, 1964.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Buenos Aires: Instituto de Estudios Históricos Sociales; Tandil: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TORRE, Angelo. **Luoghi**. La produzione di località in età moderna e contemporanea. Roma: Donzelli Editore, 2011.

_____. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. **Historia Crítica**, n. 69, p. 37-67, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.03>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/K3dggCcfJdy4xWB9DjpRc7C/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

VENDRAME, Maíra Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

_____. “Com tinta do meu sangue”: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano. In: BENEDUZZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina (org.). **Mobilidade humana e circularidade de ideia**: diálogos entre América Latina e Europa. Veneza: Edizioni Ca’Foscari – Digital Publishig, 2017.

_____. “Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.13>. Acesso em: 01 out. 2021.

_____. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã. Rio Grande do Sul – Século XIX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

Recebido em: 10 de outubro de 2021.

Aprovado em: 28 de dezembro de 2021.